



153

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001415-44.2011.8.17.0370 (0267654-8)
COMARCA: CABO DO SANTO AGOSTINHO
VARA: 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE: TIAGO SILVA LINDOLFO
ADVOGADO: JOSÉ FELICIANO DE BARROS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 157, PARÁGRAFO 2º, INCISO II DO CPB. NEGATIVA DE AUTORIA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DO APELANTE. RECONHECIMENTO POR UMA DAS VÍTIMAS. AUTORIA DEVIDAMENTE DEMONSTRADA. AFASTAMENTO, DE OFÍCIO, DA CONDENAÇÃO PECUNIÁRIA À TÍTULO DE RESSARCIMENTO DOS DANOS À OFENDIDA. TEMA NÃO DISCUTIDO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. Os depoimentos constantes nos autos, sobretudo pelo reconhecimento seguro e firme de uma das vítimas que foi feito logo após a prisão, dão-nos conta da participação efetiva do Apelante na empreitada criminosa. Autoria devidamente demonstrada. Decisão monocrática em consonância com os autos.**
- 2. Para ser estabelecida a condenação a título de ressarcimento aos ofendidos, a demanda deve ter ampla discussão na instrução, porque se assim não o for estará o Magistrado substituindo a vontade da parte e poderá estabelecer sanção patrimonial sem lastro em dado concreto e com reflexos puramente subjetivos.**
- 3. Apelo não provido, à unanimidade.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da **Apelação Criminal nº 0001415-44.2011.8.17.0370 (0267654-8)**, em que figura como Apelante **Tiago Silva Lindolfo** e Apelado, o **Ministério Público Estadual**, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira SSC



154

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, sem discrepância de voto, na sessão realizada no dia de hoje, **negar provimento ao apelo, e, de ofício, para afastar a condenação à título de ressarcimento dos danos aos ofendidos** tudo de conformidade com o relatório, voto e ementa constantes das notas taquigráficas anexas, as quais, devidamente revistas e rubricadas, passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 23, 09, 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001415-44.2011.8.17.0370 (0267654-8)
COMARCA: CABO DO SANTO AGOSTINHO
VARA: 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE: TIAGO SILVA LINDOLFO
ADVOGADO: JOSÉ FELICIANO DE BARROS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

RELATÓRIO

O acusado **Tiago Silva Lindolfo**, recorre tempestivamente, por não ter se conformado com a decisão do Julgador Singular, de **fls. 104/112**, que o condenou à pena de 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida em regime, inicialmente, semi-aberto, além de 60 (sessenta) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, parágrafo 2º, inciso II¹, do Código Penal Brasileiro.

Interposto o recurso de **fl. 115**, cujas razões estão acostadas às **fls. 117/125**, pugna o Apelante pela negativa de autoria, e conseqüente absolvição, aduzindo que não há prova nos autos para condenação.

Às **fls. 126/129**, contra-arrazoou o membro do Ministério Público, pugnando pelo improvimento do recurso, mantendo-se a decisão guerreada.

A Procuradoria de Justiça, através de parecer da lavra da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, às fls. **138/143**, opina pelo não provimento do recurso, mantendo-se a sentença em sua integralidade.

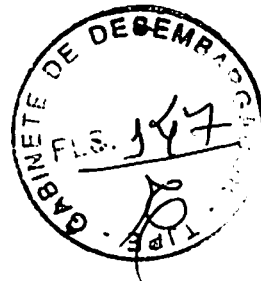
¹ **Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:
Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

...
§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

...
II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio



O acusado encontra-se **solto** por força do Alvará de Soltura de fl. 113.

É o Relatório.

À revisão.

Recife, 24, 08, 2012


Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio
Relator



155

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001415-44.2011.8.17.0370 (0267654-8)
COMARCA: CABO DO SANTO AGOSTINHO
VARA: 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE: TIAGO SILVA LINDOLFO
ADVOGADO: JOSÉ FELICIANO DE BARROS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO

O apelante Tiago Silva Lindolfo, preso em flagrante delito, foi regularmente processado e condenado pela prática do crime previsto no art. 157, parágrafo 2º, inciso II do Código Penal Brasileiro, pois no dia 22 de fevereiro de 2011, por volta das 13h30min, em comunhão de desígnios com uma terceira pessoa não identificada, subtraiu coisa alheia móvel, consistente em R\$ 300,00 (trezentos reais) em espécie, 01 relógio de pulso e 01 aparelho celular da marca Samsung, pertencentes à Amacuque José da Silva, além de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) pertencentes à Alexandre Gomes Araújo.

Narra ainda a peça inicial que as vítimas haviam sacado as quantias subtraídas momentos antes em uma agência bancária e foram abordadas em frente ao Hospital Mendo Sampaio, ocorrendo ali o que popularmente ficou conhecido como "saidinha de banco".

No que pese a negativa de autoria alegada pelo Apelante em suas razões recursais, as provas colhidas nos autos são coerentes e convergentes em apontar a sua participação no evento criminoso, conforme se vê adiante.

O depoimento do condutor, policial civil, **Gustavo George Álvares de Carvalho Freitas**, às fls. 08/09, ratificado em Juízo à fl. 78, e do agente de polícia, **Carlos Joaquim da Silva Júnior**, cujos depoimentos estão respectivamente postos às fls. 10 e 78/79, são convergentes no sentido de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

que após o roubo as vítimas se dirigiram à delegacia de polícia local, onde narraram o fato e descreveram as características físicas dos acusados. Diante da notícia e da descrição feita, foi mostrado aos ofendidos um álbum de fotografias, para que tentassem identificar as pessoas que as haviam abordado anteriormente, oportunidade em que Amacuque noticiou que não teria condições de reconhecer nenhum deles porque ficou "de lado" com o assaltante, enquanto Alexandre, de forma firme e segura, reconheceu o ora Apelante como um dos autores do delito. Efetuadas diligências e preso o acusado, mais uma vez Alexandre o reconheceu, dessa vez pessoalmente, conforme se vê no Auto de Reconhecimento de fl. 22.

Como bem explicitado pela Representante Ministerial de primeira instância e brilhantemente analisado pelo Magistrado sentenciante, em todas as oportunidades em que foi ouvido, o ofendido Alexandre Gomes Araújo reconheceu o ora Recorrente como autor do delito. Note-se que tais depoimentos se apresentaram de forma segura e convergente, merecendo destaque que o mesmo não esteve diretamente sob a mira do revólver, trazendo-lhe, assim, a tranqüilidade necessária para olhar de frente para o acusado, a uma distância segura, e se fazer capaz de reconhecê-lo em momento posterior.

Por sua vez, os depoimentos prestados pela vítima Amacuque, se apresentaram repletos de incertezas e vacilações, ora dizendo não ter condições de reconhecer o acusado, ora afirmando que o Recorrente não participou da empreitada criminosa.

Portanto, configurada está a conduta empreendida pelo Apelante, perpetrando atos que ensejaram, acertadamente, o decreto condenatório prolatado pelo magistrado "*a quod*".



157

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Por fim, passo a apreciar, de ofício, a condenação a título de reparação de danos.

A decisão fundamentou-se no artigo 387, inciso IV, do Código Penal (com a redação dada pela Lei 11.719/08). Mas a indenização, para ser estabelecida, demanda ampla discussão na instrução, porque se assim não for estará o Magistrado substituindo a vontade da parte e poderá estabelecer sanção patrimonial sem lastro em dado concreto e com reflexos puramente subjetivos. Não se discute que o objetivo do legislador, com a alteração do citado artigo 387, foi possibilitar à parte a indenização imediata de seus prejuízos, ainda que parcialmente, sem ter que promover ação civil própria para tanto. Mas, sem discussão ampla do tema, não há como estabelecer a reparação que, assim, fica excluída da condenação, por afrontar os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, desaguando em nulidade absoluta.

Esse é o ensinamento do Professor Guilherme Nucci:

“(...) Se não houver formal pedido e instrução específica para apurar o valor mínimo para o dano, é defeso ao julgador optar por qualquer cifra, pois seria nítida infringência ao princípio da ampla defesa”.

Porém, como dito, podem os ofendidos utilizar-se da ação civil *ex delicto*.

Diante disso, com esses fundamentos, **voto pelo não provimento da apelação interposta**, e, de ofício, **para afastar a condenação a título de ressarcimento aos ofendidos**.

Recife, 23/09/2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



0002
159

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001415-44.2011.8.17.0370 (0267654-8)
COMARCA: Cabo de Santo Agostinho – 1ª Vara Criminal
APELANTE: **Tiago Silva Lindolfo**
APELADO: Ministério Público Estadual
PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelos Béis. José Feliciano de Barros Júnior e José Antônio Cavalcanti Dias Filho, em favor de **TIAGO SILVA LINDOLFO**, contra a Sentença de fls. 104/112, proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca do Cabo de Santo Agostinho/PE, datada de **20/06/2011**, que condenou o apelante à pena de 06 (seis) anos, 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semi-aberto, além do pagamento de 60 (sessenta) dias-multa, no valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à data dos fatos pela prática do delito tipificado no Art. 157, §2º, II do Código Penal (*Roubo Majorado*).

Em síntese, narra a Denúncia de fls. 02/05 que, no dia 22 de Fevereiro de 2011, por volta das 13h30m, em frente ao Hospital Mendo Sampaio, na cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE, o recorrente, em comunhão de desígnios com indivíduo ainda não identificado, mediante violência e grave ameaça consistente na utilização de arma de fogo, subtraiu coisa alheia móvel das vítimas **Amacuque José da Silva** e **Alexandre Gomes de Araújo**, praticando a chamada “saidinha de banco”.

A exordial versa que o denunciado, acompanhado do terceiro não identificado, seguiu, numa moto, as vítimas após a saída de uma agência bancária. Quando estas estacionaram o carro, próximo ao referido o Hospital, o ora Recorrente abordou a vítima **Amacuque José da Silva** e, ameaçando-a com uma arma de fogo, exigiu a quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais) que este havia sacado momentos antes. Além disso, subtraiu um relógio da marca Oriente no valor de R\$ 349,00 (trezentos e quarenta e nove reais) e um telefone celular da marca Samsung no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Em seguida, ordenou que a vítima **Amacuque** chamasse **Alexandre Gomes de Araújo**, ameaçando atirar no primeiro. Quando chamada, a segunda vítima colocou a carteira, que continha o valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), também sacados naquela data, sobre um carro estacionado e afastou-se do local.

O comparsa do acusado aproximou-se do carro com sua moto e pegou a carteira pertencente a **Alexandre** e fugiu juntamente com o ora Recorrente.



560

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

A polícia logrou em prender em flagrante apenas o acusado **TIAGO**, que foi reconhecido por uma das vítimas (Auto de Reconhecimento – fl. 22), porém não foi encontrada a arma utilizada ou os bens subtraídos.

O acusado foi posto em liberdade em 20/06/2014, com Alvará de Soltura à fl. 113.

No Arrazoadado Recursal de fls. 117/125, o causídico subscritor pugna, em síntese, pela reforma da sentença, uma vez que as provas constantes nos autos seriam insuficientes à condenação do acusado, havendo claras divergências nos depoimentos prestados pelas vítimas.

Nas Contrarrazões de fls. 126/129, a Promotoria de Justiça pugnou pelo improvimento da Apelação.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, também se manifestou pela manutenção da decisão de 1º Grau em todos os seus termos (fls. 138/143).

O recurso não merece ser acolhido.

Inicialmente, há de ser dito que as provas constantes nos autos são apenas testemunhais, sendo por meio dos depoimentos constantes nos autos que se comprovam a autoria e a materialidade delitivas, senão vejamos.

Ainda na fase extrajudicial, assim versaram as vítimas:

Amacuque José da Silva (fls. 12):

“(…) que, chegando em frente ao referido hospital parou o carro e desceram, quando percebera uma motocicleta de cor dourada, possivelmente uma 300 cc, cujo condutor parou próximo a uma árvore na frente do hospital, sendo o condutor da moto um homem de cor morena, alto, magro e que estava de capacete; que, naquele momento o declarante foi abordado por um segundo elemento, este de cor parda clara, olhos verdes, com aproximadamente 1,75m de altura, cabelos cor castanha e claros, não lembrando a roupa que trajava, porém recorda que tal elemento estava com uma mochila preta pendurada no peito, o qual retirou da bolsa uma arma de fogo e apontou para a costela do declarante e pedindo dinheiro, exatamente os R\$ 300,00 (trezentos reais) que o depoente havia sacado no banco, e em seguida mandou o declarante chamar o seu amigo ALEXANDRE, que já estava um pouco mais afastado, e dizendo que se ele ALEXANDRE não se aproximasse o mesmo ia atirar no declarante (...) **Que não tem como reconhecer o elemento porque o mesmo ficou ao seu lado e não de frente.**” (grifamos)

A segunda vítima, **Alexandre Gomes de Araújo**, confirmou os fatos narrados na peça acusatória, acrescentando (fls. 13/14):

“(…) que, o declarante visualizou bem o rosto do elemento, pois ficou de frente para ele a uma distância de uns 5 a 6 metros, tendo ainda observado que o mesmo usava uma camisa branca; que, ao chegar nesta delegacia e dando as características do elemento os policiais de imediato lhe mostraram uma foto de um suspeito, e de imediato o declarante reconheceu tal elemento como sendo um dos assaltantes, no



161

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

caso como sendo TIAGO SILVA LINDOLFO (...); Que, os policiais saíram e com pouco tempo voltaram com o suspeito tendo o declarante feito o reconhecimento pessoal e sem vacilar e sem malícia reconheceu TIAGO SILVA LINDOLFO (...) como sendo o assaltante que estava armado..." (grifamos)

O Policial Civil Gleison Pereira do Espírito Santo (fls. 11), na fase inquisitorial, asseverou o seguinte:

"(...) que nesta delegacia as vítimas forneceram as características dos elementos, tendo um deles semelhanças com o elemento identificado como TIAGO que mora em Pirapama, indivíduo este que já vinha sendo investigado por esta delegacia devido a denúncias de prática de assaltos com moto; que diante de tal fato foi mostrada à vítima a foto do suspeito, tendo a mesma de imediato reconhecido TIAGO SILVA LINDOLFO como um dos assaltantes; que diante do reconhecimento fotográfico o declarante e outros policiais seguiram para a casa do suspeito, estando o referido na casa do seu irmão que fica próximo, ocasião em que deram voz de prisão ao citado e fizeram sua condução para esta delegacia; que, uma das vítimas novamente reconheceu o referido indivíduo como sendo um dos assaltantes..." (grifamos)

Na fase judicial, Alexandre Gomes de Araújo manteve inteiramente o teor do depoimento acima transcrito (fls. 81/82), ressaltando, ainda, *"que reconheceu o assaltante quando aguardava para entrar nesta sala de audiências, no corredor, onde ele passou escoltado por policiais; que tem certeza que o acusado aqui presente FOI o homem que encostou a arma sobre o rim de AMACUQUE e lhe assaltou naquele dia e hora, tudo como acima relatado"*.

Entretanto, na fase judicial, a vítima Amacuque modificou inteiramente seu depoimento, afirmando (fls. 80/81):

"(...) que de imediato o policial disse que já sabia de quem se tratavam os assaltantes, levou ele depoente a uma sala e lhe mostrou uma fotografia, mas não reconheceu a pessoa retratada como um dos assaltantes; que o policial saiu em diligências, localizou a pessoa retratada e a submeteu a reconhecimento por ele depoente, que mais uma vez não reconheceu a pessoa como um dos assaltantes; que esta mesma pessoa foi submetida a reconhecimento pela vítima ALEXANDRE GOMES, que a reconheceu como o homem que encostou a arma no tórax dele depoente e lhe assaltou; que um mês e pouco depois, ao passar em frente à Caixa Econômica Federal, deste município, deparou-se com o assaltante que lhe encostara a arma sobre o rim no dia dos fatos, reconhecendo-o de pronto; que de imediato, por celular, ligou para a delegacia várias vezes, mas ninguém atendeu; que em seguida ligou para o número 190, relatando todos os fatos e descrevendo as características, as vestes e informando que o assaltante estava em frente à Caixa Econômica Federal, portando também a mesma bolsa de onde retirara a arma de fogo com a qual assaltou ele o depoente; que não sabe se foram tomadas providências policiais nem foi avisado de eventual prisão dos assaltantes; que o homem que foi submetido a reconhecimento por ele depoente na delegacia foi preso por ter sido reconhecido por ALEXANDRE; que tal homem não se tratava da mesma pessoa que havia assaltado ele depoente e que foi por si reconhecido um mês e poucos dias depois ao passar em frente a Caixa Econômica Federal, tudo como acima relatado; que tem certeza que o acusado aqui presente NÃO foi o homem que lhe assaltou naquele dia e hora..." (grifamos)



162

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

Tal circunstância, porém, não tem o condão de anular os depoimentos prestados pela vítima **Alexandre**, tanto durante a investigação policial, como na Audiência de Instrução e Julgamento, que consistiram em declarações coerentes e uniformes, reforçadas pelo fato da vítima ter estado “frente a frente” com o acusado, o que não ocorreu com **Amacuque**, que estava sob a mira de uma arma de fogo e ao lado do autor do fato.

É de se por em destaque que a palavra da vítima, nos crimes contra o patrimônio, é de relevante valor probatório, principalmente se tratando de pessoa idônea, que não teria motivo para realizar uma falsa inculpação por um delito tão grave (Apelação Criminal nº 0314660-1, Rel. Des. Mauro Alencar de Barros, 2ª Câmara Criminal, Julgado em 08/01/2014, DJe 15/01/2014).

Assim, entendo que não subsistirem dúvidas quanto à autoria e à materialidade do delito ora analisado, não merecendo amparo o pleito pela absolvição.

Por outro lado, passo a analisar, de ofício, o estabelecimento do *quantum* mínimo para o ressarcimento do dano, conforme disposto no art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

O Juízo Singular fixou o valor mínimo de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para a vítima **Amacuque José da Silva** e de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para **Alexandre Gomes de Araújo**, para a reparação dos respectivos danos, todavia, é necessário, para tanto, que haja pedido expresso do ofendido ou do órgão ministerial, caso contrário, haverá violação do princípio constitucional da ampla defesa (AgRg no REsp 1383261/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 14/11/2013).

Isto posto, afasto a condenação a título de reparação mínima de danos aos ofendidos.

Nada obsta, contudo, que as vítimas utilizem a ação civil *ex delicto* para a sua obtenção.

Pelo exposto, voto pelo **não provimento do Apelo**, mantendo-se em sua totalidade a reprimenda fixada na sentença, e, **de ofício**, para afastar a condenação a título de ressarcimento mínimo de danos aos ofendidos.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho

Revisor